



## **ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA**

### **01 – DEFINIÇÃO DO OBJETO**

1.1 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS PERTENCENTES AOS GRUPOS A, B e E, PROVENIENTES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, CENTRO MÉDICO HOSPITALAR, AMBULATÓRIO DE SAÚDE MENTAL, ESCOLAS MUNICIPAIS, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CENTRO DE CONTROLE DE ZONÓSES, ASSIM COMO TODOS OS SETORES DA SAÚDE PÚBLICA DE BIRIGUI – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

#### **a- especificação do produto/serviço**

1.1. O objeto deste termo de referência é contratação de uma empresa especializada em coleta, transporte, tratamento e disposição final de Resíduos dos Serviços de Saúde da rede municipal de saúde de Birigui dos grupos “A, B, E”, com quantidade estimada de 45.000 (quarenta e cinco mil) quilos.

1.1.1. O modo pelo qual será feito o tratamento e destinação final de cada tipo de resíduo (A, B e E) será aquele prescrito nas resoluções:

- CONAMA Nº 358, de 29 de abril de 2005;
- DIRETORIA COLEGIADA – RDC nº 222, de 28 de março de 2018 e
- RDC nº 33 de 25 de fevereiro de 2003.

1.1.2. A execução dos serviços consiste na remoção dos resíduos de serviços de saúde do abrigo dos resíduos (armazenamento externo) até a unidade de tratamento e disposição final, utilizando-se técnicas que garantam a preservação das condições de acondicionamento e a integridade dos trabalhadores, da população e do meio ambiente, devendo estar de acordo com as orientações dos órgãos de meio ambiente e vigilância sanitária.

1.1.3. A coleta regular de resíduos dos serviços de saúde deverá ser a critério da Secretaria Municipal de Saúde. Deverão ser recolhidos todos os resíduos infectantes e perfuro cortantes – Grupo A e E, e resíduos do Grupo B – Medicamentos Vencidos, gerados pela rede municipal de saúde, exceto os caracterizados como resíduos dos grupos C e D pela resolução CONAMA nº 358/2005 e RDC ANVISA 222/2018, desde que acondicionados em recipientes de padrão oficial.

1.1.4. Identificação e Classificação dos Resíduos:

Grupo A: Resíduos com possível presença de agentes biológicos que, por suas características podem apresentar risco de infecção.

Grupo B: Resíduos contendo substâncias químicas, que podem apresentar risco a saúde pública, ao meio ambiente, dependendo de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade e toxicidade.

Grupo E: Materiais perfuro cortantes ou especificantes, tais como: Lâminas de barbear, agulhas, escalpes, ampolas de vidro, brocas, limas endodônticas, pontas diamantadas, Lâminas de bisturi, lancetas, tubos capilares, micropipetas, lâminas e lamínulas, espátulas e todos os utensílios de vidros quebrados no laboratório (tubos de coleta sanguínea e placas de Petri) e outros similares.



## Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

### **b- locais de entrega e regras para recebimentos**

<b>LOCAIS DE COLETA</b>	<b>ENDEREÇO</b>
<b>CENTRO MÉDICO HOSPITALAR</b>	
SETORES DO CENTRO MÉDICO HOSPITALAR	PRAÇA GUMERCINDO DE PAIVA CASTRO, S/Nº - CENTRO
<b>AMBULATÓRIO DE SAÚDE MENTAL</b>	
AV. JOÃO CERNACH, 2360 - VILA XAVIER	
<b>UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE</b>	
UNIDADE 01: CIDADE JARDIM / VILA BANDEIRANTES	AV. CIDADE JARDIM, Nº 1004 BAIRRO CIDADE JARDIM
UNIDADE 02: JARDIM TOSELAR	RUA: DR. LUIZ TOLEDO PIZZA SOBRINHO Nº574 – RES. ALVORADA
UNIDADE 03: VILA IZABEL MARIN	RUA: JOSÉ PARPINELLI, Nº 1191, BAIRRO IZABEL MARIN
UNIDADE 04: JARDIM COSTA RICA	RUA: BRÁZ SANCHES ARRIAGA, Nº 1448 BAIRRO COSTA RICA
UNIDADE 05: PATRIMÔNIO SANTO ANTONIO	RUA GENERAL OSÓRIO, Nº 401 BAIRRO SANTO ANTONIO
UNIDADE 06: TIJUCA	RUA: JOÃO SOUZA SUZANO, Nº 116 BAIRRO RECANTO VERDE
UNIDADE 07: PARQUE SÃO VICENTE	RUA: LUCAS PETRILLI, 328, NOVO PARQUE SÃO VICENTE
UNIDADE 8: JANDAIA	RUA: MANTURA ANTONIO, Nº 1116 BAIRRO PLANALTO
UNIDADE 9: JARDIM SANTANA	RUA ISABEL FABRIS CLARINDO, 140, BAIRRO JARDIM SANTANA
UNIDADE 10: COLINAS	RUA ALDO CINQUINI, 459, ALTO COLINAS
UNIDADE 11: PORTAL PÉROLA II	RUA ERNESTINO BISPO DA SILVA, 511 PORTAL PÉROLA II
<b>CANIL</b>	
CANIL MUNICIPAL	RUA DAS PALMEIRAS, Nº 30, CIDADE JARDIM
<b>ESCOLAS</b>	
ESC. MUN. ENS. FUNDAMENTAL GENI LEITE DA SILVA	RUA: MARIA DOLORES NUNES, Nº 365 BAIRRO



VA	SILVARES
ESC. MUN. ENS. FUNDAMENTAL ROBERTO CLARCK	PRAÇA JAMES MELLOR, Nº 196 BAIRRO CENTRO
ESC. MUN. ENS. FUNDAMENTAL IZABEL BRANCO	RUA: ANTONIO FABRICIO, Nº 200 BAIRRO IVONE ALVES PALMA
ESC. MUN. ENS. FUNDAMENTAL NAIR BORGES PEN-TEADO	RUA: BRAZ SANCHEZ ARRIAGA, Nº 1638 BAIRRO SÃO BRAZ
ESC. MUN. ENS. INFANTIL PARQUE MIQKEY I	RUA: LORENA, Nº 342 BAIRRO SANTO ANTONIO
<b>CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL</b>	
CEI DIONÍSIA MIRAGAIA CARMINE –DONA DIÚMA	RUA: CANADA, Nº 301 JARDIM CLAYTON
CEI NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS	RUA LORENA, Nº 342 SANTO ANTÔNIO
CEI ROTARY	RUA: JERONIMO DE SOUZA SANTOS, Nº 20 VILA TRONCOSO

**c- especificação da garantia exigida**

Quando os prazos e as condições das garantias dos bens não estiverem definidos nas descrições do objeto e/ou memorial descritivo, serão considerados aqueles definidos pela legislação (Código Civil Brasileiro e Código de Defesa do Consumidor), em vigor. Havendo os dois casos, deverá ser considerado o de maior prazo.

**02 – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

2.1 - Os Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) apresentam um risco elevado de contaminação, seja por agentes biológicos, substâncias químicas ou materiais perfuro cortantes. Devido a esses riscos, é imperativo que esses resíduos recebam um tratamento especializado antes de serem descartados. Por isso, a terceirização dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos gerados pela Secretaria Municipal de Saúde é essencial.

2.2 - O gerenciamento de RSS, sejam eles infectantes ou não, representa um desafio significativo para muitas cidades brasileiras. Esses resíduos devem ser manejados com extrema cautela, desde sua geração até a disposição final, conforme as legislações vigentes, incluindo a Resolução RDC nº 222 de 28 de março de 2018 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e a Resolução nº 358 de 29 de abril de 2005 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

2.3 - A coleta e o transporte inadequados de RSS podem expor os funcionários envolvidos e a população em geral a sérios riscos. A falta de tratamento apropriado e a disposição final incorreta desses resíduos podem causar contaminação do solo, do lençol freático e das águas superficiais, como rios, lagos e córregos. Além disso, essas práticas inadequadas podem fomentar a proliferação de vetores transmissores de doenças e colocar



em risco a saúde dos catadores. Portanto, a adoção de técnicas especializadas e seguras durante todo o processo de manejo dos RSS é crucial para minimizar a incidência de doenças e a degradação ambiental.

2.4 - Atualmente, a Secretaria de Saúde de Birigui mantém um contrato emergencial para atender à demanda de serviços de manejo de RSS até que o processo licitatório seja concluído. No entanto, dada a gravidade e a complexidade do tema, é fundamental que a contratação de uma nova empresa especializada aconteça o mais rápido possível. A escolha de um prestador de serviços que tenha comprovada aptidão técnica, experiência no setor e solidez institucional garantirá a implementação de soluções eficazes e de acordo com as normativas sanitárias, de segurança e ambientais.

2.5 - A contratação de uma empresa competente é, portanto, uma medida essencial não apenas para garantir a correta gestão dos resíduos, mas também para proteger a saúde pública e o meio ambiente no município de Birigui. Ao priorizar uma empresa que atenda rigorosamente aos requisitos legais e ambientais, o município estará investindo na melhoria da qualidade de vida de seus cidadãos e na preservação dos recursos naturais para as gerações futuras.

### **03 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

3.1 - Considerando a complexidade e a especialização necessárias para a gestão adequada dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), é evidente que a Secretaria de Saúde da Administração Municipal não dispõe das condições técnicas e estruturais adequadas para realizar essas atividades com a qualidade exigida. A natureza altamente especializada desses serviços demanda infraestrutura e expertise que a Secretaria, infelizmente, não possui internamente.

3.2 - Mesmo que houvesse uma tentativa de realizar esses serviços internamente, a falta de recursos apropriados e de pessoal especializado resultaria em uma execução de qualidade inferior, comprometendo a segurança e a eficácia no manejo dos resíduos. Além disso, a gestão inadequada dos RSS pode acarretar riscos significativos para a saúde pública e para o meio ambiente, conforme detalhado anteriormente.

3.3 - Portanto, a única solução viável é a contratação externa de uma empresa especializada, por meio de um processo regular de licitação. Esta medida garantirá que os serviços sejam prestados por profissionais qualificados, com a infraestrutura necessária para o tratamento seguro e eficiente dos resíduos, em conformidade com as normas sanitárias e ambientais vigentes. Assim, assegura-se a proteção da saúde pública e a preservação ambiental, alinhando-se aos melhores padrões de qualidade e segurança.

### **04 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

O serviço de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de saúde deverão atender as seguintes legislações:

Resolução CONAMA 358/2005: Estabelece os procedimentos para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde;

Resolução ANVISA RDC 222/2018: Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde;



Resolução CONAMA nº 275, de 25.04.2001, estabelece código de cores para diferentes tipos de resíduos na coleta seletiva;

Resolução CONAMA nº 316, de 29.10.2002, dispõe sobre procedimentos e critérios para o funcionamento de sistemas de tratamento térmico de resíduos;

Norma ABNT NBR 12808/2013: Define os requisitos para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde a fim de proteger os trabalhadores, a comunidade e o meio ambiente;

Norma ABNT NBR 7500/2018: Regula a identificação para transporte terrestre, manuseio, movimentação e armazenamento de produtos perigosos;

NBR 9191 - Especificação. Sacos plásticos para acondicionamento;

NBR 9195 - Métodos de ensaio. Sacos plásticos para acondicionamento;

NBR 9196 - Determinação de resistência à pressão do ar;

NBR 9197 - Determinação de resistência ao impacto de esfera. Saco plástico para acondicionamento de lixo - determinação de resistência ao impacto de esfera.

NBR 13055 - Determinação da capacidade volumétrica. Saco plástico para acondicionamento - determinação da capacidade volumétrica;

NBR 13056 - Verificação de transparência. Filmes plásticos para sacos para acondicionamento - verificação de transparência;

NBR 13853 - Requisitos e métodos de ensaio para coletores para resíduos de serviços de saúde perfurantes ou cortantes;

NBR 13221 - Especifica os requisitos para o transporte terrestre de resíduos, de modo a evitar danos ao meio ambiente e a proteger a saúde pública;

NBR 14619 - Estabelece os critérios de incompatibilidade química a serem considerados no transporte terrestre de produtos perigosos.

NBR 12810 - Fixa os procedimentos exigíveis para coleta interna e externa dos resíduos de serviços de saúde, sob condições de higiene e segurança;

NBR 14652 - Estabelece os requisitos mínimos de construção e de inspeção dos coletores transportadores rodoviários de resíduos de serviços de saúde do grupo A.

A Contratada deverá recolher o RSS (Resíduos de Serviços de Saúde) dos estabelecimentos prestadores de serviços de saúde pertencentes à rede municipal, com frequência e locais abaixo descritos:

**a) 1 (uma) vez na semana no Centro Médico Hospitalar, sito na Largo Gumercindo de Paiva Castro, s/n, Centro, Birigui-SP, no período diurno, conforme relação anexa;**

**b) 01 (uma) vez na semana, em todas UBS — Unidades Básicas de Saúde, no período diurno, conforme relação anexa;**

**c) 01 (uma) vez na semana, nas Escolas Municipais e CEIs (Centros de Educação Infantil), no período diurno, conforme relação anexa;**

**d) 01 (uma) vez na semana, no Ambulatório de Saúde Mental, no período diurno, conforme relação anexa;**



**e) 02 (duas) vezes no Canil Municipal, no período diurno, conforme relação anexa.**

A Contratada deverá realizar a coleta do lixo infectante em veículo(s) apropriado(s) de acordo com a necessidade compatível com a demanda, contendo balança apropriada de carga e aferida pelo INMETRO, dentro dos padrões estabelecidos pela Norma Técnica Brasileira – NBR – 12.810, NBR - 14.652 e pela Prefeitura.

Os veículos deverão possuir carrocerias do tipo especial para coleta e transporte de resíduos dos serviços de saúde, os coletores deverão estar equipados com equipamento de sinalização conforme a legislação de trânsito em vigor, com apresentação da CIPP (Certificado de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos) e CIV (Certificado de Inspeção Veicular);

Constituirá obrigação contratual, a lavagem e desinfecção da caçamba compactadora ou carroceria com produtos específicos para este fim após cada coleta;

O Contratante poderá, a qualquer momento, exigir a troca de veículo ou equipamento que não seja adequado às exigências dos serviços;

A Contratada deverá manter junto ao Contratante cadastro permanente atualizado de veículos e equipamento, não sendo permitida a substituição sem prévia anuência do Contratante;

A Contratada deverá providenciar de imediato a substituição dos equipamentos que estejam em manutenção preventiva ou avariados;

Os serviços de coletas deverão ser iniciados com a presença de um funcionário de cada unidade gestora que acompanhará e fará a aferição das coletas e das pesagens, assinando as planilhas de coleta, em duas vias, que servirá como método de medição dos serviços executados pela licitante vencedora;

Cada veículo deverá ser acompanhado de uma equipe, composta por 01 (um) motorista e 01 (um) coletor, devidamente uniformizados e equipados com os EPI (Equipamentos de Proteção Individual) necessários;

O funcionário responsável pelo recolhimento dos resíduos deverá ser devidamente treinado e equipado para o recolhimento dos resíduos de saúde;

A Prefeitura reserva-se o direito de solicitar a qualquer momento, alterações nos locais de coleta ao seu critério. As possíveis alterações deverão ser informadas à empresa Contratada via endereço eletrônico da Secretaria de Saúde, a contratada deverá manifestar sua anuência no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas e deverá atender à solicitação em no máximo 10 (dez) dias;

O Regime de contratação é o de Empreitada por preço unitário e como exposto anteriormente é composto dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de serviços de saúde. Em face disto e dos obstáculos encontrados pela Administração na execução direta dos serviços, admitir-se-á a subcontratação somente dos serviços de tratamento e destinação final dos resíduos, Aterro Sanitário, previamente autorizada pelo Município, permanecendo a empresa CONTRATADA como única responsável perante o Município e terceiros. O início da prestação de serviço pela empresa subcontratada, somente terá início, após prévia aprovação da Administração, mediante requisição protocolada;



Durante toda a vigência do futuro contrato, a vencedora deverá manter atualizados os contratos de prestação de serviços com as eventuais empresas subcontratadas, devendo para tanto apresentar junto à CONTRATANTE as respectivas renovações, quando for o caso.

#### **4.1 OUTRAS COMPROVAÇÕES:**

A licitante vencedora, apresentará os seguintes documentos, no prazo de **03 (três) dias úteis** após o encerramento da sessão pública:

**a)** As licitantes deverão indicar e declarar explicitamente a disponibilidade dos veículos e equipamentos adequados e necessários para a execução do objeto da presente licitação;

**b)** Licença da Vigilância Sanitária da sede da proponente;

**c)** Prova de que a empresa atenda Lei no 6.514/77 e Portaria no 3.214, de 08/06/78 do Ministério do Trabalho – (NR 7 e 9) – PCMSO e PPRA. A comprovação dar-se-á através de contrato de prestação de serviço com empresa especializada em engenharia de segurança e medicina do trabalho, acompanhada de declaração formal da mesma com firma reconhecida em cartório;

**d)** Licenças de Operação (LO) expedidas pelo órgão competente, que contemple a coleta e transporte de resíduos de serviço de saúde em nome da proponente com apresentação da declaração que a empresa obedece às normas de segurança de trabalho;

**e)** Licenças de Operação (LO) expedidas pelo órgão competente, que contemple o tratamento de resíduos de saúde por autoclavagem ou outro método que o substitua, conforme RDC- ANVISA nº 222/2018, em nome da proponente ou sua subcontratada;

**f)** Licenças de Operação (LO) expedidas pelo órgão competente, que contemple o tratamento, através de incineração, de resíduos de serviço de saúde, conforme RDC – ANVISA nº 222/2018, em nome da proponente ou sua subcontratada;

**g)** Licenças de Operação (LO) expedidas pelo órgão competente, que contemple a destinação final de resíduos de serviço, conforme RDC – ANVISA nº 222/2018 em nome da proponente ou sua subcontratada;

**h)** Prova de que a proponente possui PPRA (Programa de Prevenção de riscos ambientais);

**i)** Em relação ao transporte de RSS, a empresa vencedora deverá possuir e apresentar a Licença de Operação LO emitida pelo órgão ambiental competente;

**j)** A empresa deve fornecer Certificados de Seguro de Responsabilidade Civil para todos os veículos utilizados na coleta e transporte dos resíduos de serviços de saúde.

**j.1)** Esses documentos devem garantir a cobertura para danos a terceiros, bem como para danos que possam ocorrer durante o transporte dos resíduos. O seguro deve estar em conformidade com as normas de trânsito e regulamentações específicas para veículos que realizam transporte de materiais perigosos. Os seguros devem estar vigentes durante todo o período de execução do contrato e a empresa contratada deverá manter os seguros atualizados e apresentar comprovantes de renovação quando solicitado;

**k)** Para assegurar a conformidade com as normas de segurança e regulamentações aplicáveis, a empresa contratada deve apresentar os seguintes documentos comprobatórios relacionados aos veículos utilizados na coleta e transporte de resíduos de serviços de saúde: CIV, CIPP e CRLV.





As documentações acima elencadas deverão ser entregues, mediante protocolo, no prazo de até 03 (três) dias úteis após o encerramento da sessão pública, diretamente na Diretoria de Biossegurança da Secretaria Municipal de Saúde, sito ao Largo Gumercindo de Paiva Castro S/N, bairro Centro, nesta cidade de Birigui/SP, preferencialmente em envelope devidamente identificado;

O processo será HOMOLOGADO somente após a análise dos documentos supracitados.

## **05 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **5.1 - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:**

5.1.1 - Comunicar a empresa vencedora toda e qualquer ocorrência relacionada com a presente prestação de serviço contratado;

5.1.2 - Efetuar o pagamento a empresa vencedora no prazo estipulado neste edital;

5.1.3 - Rejeitar, no todo ou em parte o Serviço que a empresa vencedora prestar fora das especificações deste Termo.

### **5.2 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

5.2.1 - A Contratada, além da disponibilização de mão de obra, dos materiais e dos equipamentos necessários para a perfeita execução dos serviços de coleta externa, transporte, tratamento e de destinação final dos resíduos, obriga-se a:

- a) Coletar os resíduos potencialmente infectantes nos locais determinados neste Termo;
- b) Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados nos termos das legislações vigentes;
- c) Nomear responsável pela execução dos serviços, na empresa, com a missão de garantir o bom andamento e a técnica dos trabalhos. Este preposto terá a obrigação de reportar-se, quando necessário, ao preposto designado pela Contratante e tomarem juntos as providências pertinentes;
- d) Exigir que seu pessoal se apresente para a coleta e o transporte dos resíduos, assiduamente e pontualmente, nos dias e horários pré-programados, devidamente uniformizados e identificados com crachás (com fotografia recente) e usando todos os Equipamentos de Proteção Individual – EPI's;
- e) Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de maneira estruturada;
- f) Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito;
- g) Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal e as normas internas de segurança e medicina do trabalho;
- h) Instruir seus empregados quanto as necessidades de acatar as orientações da Contratante, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como, prevenção de incêndio nas áreas da Contratante;
- i) A Contratada assume, expressa e formalmente, a total e exclusiva responsabilidade pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, infortunisticas, fiscais e fundiárias da mão de obra e/ou pessoal utilizado na execução dos serviços objeto deste Termo de Contrato. Obriga-se a cumprir a legislação citada,





inclusive quanto às normas de proteção do meio ambiente e medicina e segurança do trabalho, não gerando qualquer vínculo dos seus trabalhadores para com a Contratante, respondendo a empregadora por todos os direitos dos mesmos, inclusive em Juízo, ficando a Contratante exonerada de qualquer responsabilidade, mesmo que de forma subsidiária nos termos do Enunciado/Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho;

j) Responsabilizar-se por eventuais paralisações dos serviços, por parte dos seus empregados, sem repasse de qualquer ônus à CONTRATANTE, para que não haja interrupção dos serviços prestados;

k) Substituir qualquer elemento de sua equipe, cuja permanência no serviço for considerada inconveniente, no prazo de 12 (doze) horas;

l) Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela CONTRATANTE;

m) Dar ciência imediata e por escrito à CONTRATANTE sobre qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços;

n) Prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente as reclamações sobre seus serviços;

o) Durante a prestação do serviço, a empresa CONTRATADA deverá manter em seus quadros de funcionários, pessoal capacitado para resolver questões e tomar decisões compatíveis com as obrigações contratuais, para que não haja prejuízo durante a realização dos serviços;

p) É responsabilidade do transportador satisfazer os requisitos específicos aplicáveis ao meio de transportes constantes dos regulamentos de transporte de produtos perigosos vigentes no País;

q) É responsabilidade do transportador implementar as ações de garantia de qualidade referentes ao trânsito, armazenamento em trânsito e transbordo;

r) É responsabilidade do transportador a correta utilização, no meio de transporte, do símbolo internacional de presença de resíduos de serviço de saúde;

s) A Contratada deverá instalar e manter um serviço de atendimento ao contratante, cujo número do telefone deverá estar em local visível em todos os equipamentos, dentro do horário compreendido entre 08h00min e 18h00min horas;

t) Manter na operação de tratamento dos Resíduos Sólidos de Saúde, os padrões de emissão atmosférica com limites definidos no âmbito da Resolução CONAMA nº316 de 29 de outubro de 2002;

u) A empresa contratada deverá emitir o Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) contendo os dados do gerador, pesos e classificação dos resíduos por categoria, informações da empresa transportadora e do local de disposição final. O preenchimento deverá ser no ato da pesagem e será acompanhado por um servidor da unidade;

v) Todo o equipamento necessário para o fiel cumprimento da execução do serviço será da empresa contratada.

w) A empresa deverá enviar por e-mail à Secretaria Municipal de Saúde antes da emissão da Nota Fiscal do mês correspondente, cópias dos comprovantes de coleta referentes a todas as coletas realizadas no mês. Os comprovantes devem incluir recibos ou outros documentos que comprovem a efetiva coleta e transporte dos resíduos.



\* Os comprovantes devem ser enviados em formato digital (PDF ou imagem) que garanta a legibilidade e integridade das informações. Este envio deve ocorrer antes da emissão da Nota Fiscal, garantindo tempo suficiente para a devida conferência e validação das informações.

x) Para mitigar os impactos ambientais e garantir a segurança durante o manejo dos resíduos, a empresa Contratada deverá adotar as seguintes medidas:

\* Treinamento e Capacitação: Todos os funcionários envolvidos na coleta, transporte e tratamento dos resíduos deverão receber treinamento adequado sobre as normas e procedimentos de segurança.

\* Monitoramento e Controle: Implementação de sistemas de monitoramento e controle para assegurar o cumprimento das normas e identificar possíveis falhas no processo de manejo.

\* Auditorias e Inspeções: Realização de auditorias e inspeções regulares para garantir a conformidade com as exigências legais e técnicas.

\* Plano de Emergência: Elaboração e implementação de um plano de emergência para lidar com incidentes e acidentes durante o manejo dos resíduos.

## **06 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1 - A fiscalização do cumprimento do contrato caberá ao Município, através de Servidor indicado pela Secretaria Municipal de Saúde.

6.2 - A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação às qualidades e, particularmente, à qualidade dos serviços executados, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas no contrato, quando desatendidas a elas relativas.

6.3 - A proponente deverá cooperar quanto à observância dos dispositivos referentes à higiene pública, informando à fiscalização, das infrações ambientais, como por exemplo, dos casos de descargas irregulares de resíduos e falta de recipientes padronizados.

6.4 - Em atenção ao art. 117, da Lei Federal nº 14.133/2021, ficam definidos como gestor o Secretário Municipal de Saúde – Roque Haroldo Bomfim e como fiscais ficam as servidoras Viviane Noale de Lima Ieiri – Arquiteta e Rosimeire Leal Abrão Marques – Enfermeira.

## **07 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

7.1 - O pagamento à contratada será efetuado em até 30 (trinta) DDL, a contar do recebimento definitivo do objeto contratado, mediante apresentação dos documentos pertinentes e da Nota Fiscal que deverá ser eletrônica e atestada pelo setor competente da contratante.

7.2 - O pagamento será creditado em nome da contratada, mediante ordem bancária em conta-corrente por ela indicada, uma vez satisfeita as condições estabelecidas pela contratante.

7.3 - O pagamento fica condicionado à prova de regularidade perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, a Previdência Social, FGTS e junto a Justiça do Trabalho CNDT.

7.4 - Para tal, na Nota Fiscal dos produtos, deverá constar o aceite e a data de recebimento pelo setor competente, o nº do Edital de Pregão, nº do Processo que deu origem à contratação e eventual nº de empenho.



7.5 - A Nota Fiscal que apresentar incorreção no seu preenchimento ou deixar de apresentar o que fora solicitado nos itens anteriores, será devolvida à contratada e seu pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias úteis após a data de sua última apresentação válida.

7.6 - O faturamento de nota fiscal deverá obedecer o Decreto na 7.339, de 25 de Maio de 2023 e Normativa 1234, de 11 de Janeiro de 2012 que dispõe sobre a arrecadação do Imposto de Renda incidente na fonte de que trata o artigo 158, inciso I, da Constituição Federal nos pagamentos a fornecedores por órgãos e entidades do poder executivo, e dá outras providências.

7.7 - O faturamento de nota fiscal deverá seguir á data 01 a 15 de cada mês, em caso de desacordo dos prazos estabelecidos, é obrigatório refaturar a nota.

7.8 - Toda nota deverá constar a Alíquota IR de acordo com natureza do bem, exemplo, produtos farmacêuticos, perfumaria e higiene pessoal 1,20%, lembrando que existem hipóteses de não retenção nas regras gerais sobre o IRRF/PJ.

## **08 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

8.1 - Para julgamento e classificação das propostas, deverá ser adotado o critério do MENOR PREÇO POR ITEM, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.

## **09 – ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1 – Valor total estimado constante no anexo I do Edital.

## **10 - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

10.1 - Vigência do Contrato: 12 (Doze) Meses podendo ser prorrogado até 60 meses de acordo com a vontade de ambas partes.

10.2 - Consoante ao artigo nº 84 da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei 14.133, de 2021), passou a ser permitido que o prazo de vigência da ata de registro de preços seja superior a um ano, vejamos:

“Artigo 84 – O prazo de vigência de registro de preços será de um ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso”.

## **11- LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA SEM SOLICITADOS**

11.1 - Considerando o valor da presente contratação e suas possíveis prorrogações, o Edital deverá prever em sua qualificação técnica e qualificação econômico financeira também os seguintes documentos:

- a) Apresentação de, pelo menos, um atestado de capacidade técnica para execução de serviços, de acordo com a súmula 24 do TCESP;
- b) Certidão de Registro e Quitação, válida, do responsável técnico da empresa (Profissional de nível superior que a lei atribui função específica para o objeto licitado, com habilitação específica para os serviços



ora licitados no objeto do edital – CREA, CAU, CRBio, CRQ...) ligado ao objeto da licitação e registro da empresa; (Poderá na certidão constar ambos os dados, empresa e responsável);

c) Prova de vínculo do responsável técnico com a empresa, que poderá se dar através de uma das seguintes formas: I - Carteira Profissional (CTPS), no caso de vínculo empregatício; II - Ato Constitutivo, Contrato Social ou Estatuto, devidamente registrado no órgão competente, no caso de vínculo societário; III – Será admitido, também, contrato de prestação de serviço regido pela legislação civil comum;

d) Atestado de capacitação técnico-operacional, em nome da empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que executou, satisfatoriamente, contrato com objeto compatível com o ora licitado, em características, quantidades e prazos;

e) Atestado de capacitação técnico-profissional, registrado no conselho pertinente (CREA, CAU, CRBio, CRQ ...), em nome do responsável técnico da empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que executou, satisfatoriamente, contrato de objeto compatível com o ora licitado, em características, quantidades e prazos;

f) Apresentação do Balanço Patrimonial da empresa em papel timbrado devendo estar assinado pelo contador, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC), sendo comprovada através de certidão emitida pelo órgão de classe em plena validade, não sendo admitido em hipótese alguma a apresentação de protocolo, devendo também estar assinado pelo representante legal da empresa, somente serão habilitadas as empresas que obtiverem os índices de liquidez geral, liquidez corrente e solvência geral, igual ou superior que um ( $=$  ou  $>1$ ).

#### **ILG – Índice de Liquidez Geral**

Ativo circulante + Realizável a Longa prazo

Passivo circulante + Exigível a Longo prazo

#### **ILC – Índice de Liquidez Corrente**

Ativo Circulante

Passivo Circulante

#### **ISG – Índice de Solvência Geral**

Ativo total

Passivo circulante + Exigível a Longo Prazo

## **12 – OUTRAS COMPROVAÇÕES**

12.1 – As licitantes participantes deverão declarar:



A) Que “dispõe” que os serviços de saúde são os responsáveis pelo correto gerenciamento de todos os RSS por eles gerados, atendendo às normas e exigências legais, desde o momento de sua geração até a sua destinação final”, que todas as licenças ambientais de operação serão apresentadas em nome da proponente, atendendo às resoluções do CONAMA nº 05 de 05 de agosto de 1993, CONAMA nº 358 de 29 de abril de 2005, a RDC/ANVISA nº 222 de 28 de março de 2018, Normas Técnicas da ABNT - NBR 12.809/1993 - Manuseio de Resíduos de Serviços de Saúde, NBR 12.810/1993 - Coleta de Resíduos de Saúde, NBR 7.500/2000 - Símbolos de Risco e Manuseio para o Transporte e Armazenamento de Materiais, Portaria nº 24 do Ministério de Trabalho - MTb de 29 de dezembro de 1994, Portaria nº 8 do MTb de 08 de maio de 1996, Norma Regulamentadora nº 7 do MTb, Resolução CONAMA nº 316 de 29 de outubro de 2002 e demais legislações e normas pertinentes, em razão da complexidade tecnológica e o disposto na RDC ANVISA 222/2018.

B) De que manterá na operação de tratamento dos Resíduos Sólidos de Saúde os padrões de emissão atmosférica com limites definidos no âmbito da Resolução CONAMA nº 316 de 29 de outubro de 2002.

C) De que o resíduo de saúde tratado somente será depositado em aterro sanitário devidamente licenciado para esta finalidade, e indicará o endereço do mesmo.

D) De que se compromete de forma integral a assumir toda e qualquer responsabilidade por eventuais riscos e danos ao meio ambiente durante a execução do contrato; devendo se abranger, mas não se limitar a, danos como a contaminação do solo, da água e do ar, que podem resultar de práticas inadequadas na gestão dos resíduos.

E) De que visa garantir e compreender a magnitude de sua responsabilidade e se compromete formalmente com a adoção de todas as medidas necessárias para mitigar possíveis impactos ambientais. Além disso, será responsável por quaisquer recuperações e compensações ambientais que se façam necessárias, caso ocorra alguma forma de contaminação ou degradação ambiental durante a execução do serviço. Compromisso esse, fundamental não apenas para a proteção ambiental, mas também para assegurar que os princípios de sustentabilidade sejam seguidos em todas as etapas do processo de manejo de resíduos.

### **13 - DA SUBCONTRATAÇÃO:**

13.1 – Conforme Lei Federal nº 14.133/2021:

Art. 122 - Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração.

§ 1º O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

§ 2º Regulamento ou edital de licitação poderão vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação.

§ 3º Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na



gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

13.2 - Conforme nos ensina o autor Marçal Justen Filho em sua obra “Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativo, 13. Ed. São Paulo, 2009, à página 791:

“A hipótese torna-se cabível, por exemplo, quando o objeto licitado comporta uma execução complexa, em que algumas fases, etapas ou aspectos apresentam grande simplicidade e possam ser desempenhados por terceiros sem que isso acarrete prejuízo.”

“ Fundamento do doutrinador Marçal Justen Filho: “Diversa é a situação quando a obrigação é de meio. Quando o contratado tiver o dever de elaborar a prestação, a transferência de encargos ou a aquisição de bens de terceiros caracteriza a subcontratação relevante para a Administração.”

13.3 - O Regime de contratação é o de Empreitada por preço unitário e como exposto anteriormente é composto dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de serviços de saúde. Em face disto e dos obstáculos encontrados pela Administração na execução direta dos serviços, admitir-se-á a subcontratação somente dos serviços de tratamento e destinação final dos resíduos, Aterro Sanitário, previamente autorizada pelo Município, permanecendo a empresa CONTRATADA como única responsável perante o Município e terceiros;

13.4 – O início da prestação de serviço pela empresa subcontratada, somente terá início, após prévia aprovação da Administração, mediante requisição protocolada;

13.5 - Durante toda a vigência do futuro contrato, a vencedora deverá manter atualizados os contratos de prestação de serviços com as eventuais empresas subcontratadas, devendo para tanto apresentar junto à CONTRATANTE as respectivas renovações, quando for o caso.



## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**(elaborado com base no artigo 6º, inciso XX, combinado com o § 1º e 2º, da lei 14.133/21)**

**ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA PRIMEIRA ETAPA DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS PERTENCENTES AOS GRUPOS A, B e E, PROVENIENTES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, CENTRO MÉDICO HOSPITALAR, AMBULATÓRIO DE SAÚDE MENTAL, ESCOLAS MUNICIPAIS, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CENTRO DE CONTROLE DE ZOONÓSES, ASSIM COMO TODOS OS SETORES DA SAÚDE PÚBLICA DE BIRIGUI – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, BASE DO TERMO DE REFERÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

O presente estudo objetiva a contratação de empresa para a prestação do serviço de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos dos Grupos A, B e E, de acordo com as boas práticas de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde (RSS), regulamentado pela Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA - RDC nº 222/2018 e normas ambientais vigentes.

Grupo A: Resíduos com possível presença de agentes biológicos que, por suas características podem apresentar risco de infecção.

Grupo B: Resíduos contendo substâncias químicas, que podem apresentar risco a saúde pública, ao meio ambiente, dependendo de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade e toxicidade.

Grupo E: Materiais perfuro cortantes ou especificantes, tais como: Lâminas de barbear, agulhas, escalpes, ampolas de vidro, brocas, limas endodônticas, pontas diamantadas, lâminas de bisturi, lancetas, tubos capilares, micropipetas, lâminas e lamínulas, espátulas e todos os utensílios de vidros quebrados no laboratório (tubos de coleta sanguínea e placas de Petri) e outros similares.

### **1- JUSTIFICATIVA:**

Os Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) apresentam um risco elevado de contaminação, seja por agentes biológicos, substâncias químicas ou materiais perfurocortantes. Devido a esses riscos, é imperativo que esses resíduos recebam um tratamento especializado antes de serem descartados. Por isso, a terceirização dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos gerados pela Secretaria Municipal de Saúde é essencial.

O gerenciamento de RSS, sejam eles infectantes ou não, representa um desafio significativo para muitas cidades brasileiras. Esses resíduos devem ser manejados com extrema cautela, desde sua geração até a disposição final, conforme as legislações vigentes, incluindo a Resolução RDC nº 222 de 28 de março de 2018 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e a Resolução nº 358 de 29 de abril de 2005 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

A coleta e o transporte inadequados de RSS podem expor os funcionários envolvidos e a população em geral a sérios riscos. A falta de tratamento apropriado e a disposição final incorreta desses resíduos podem causar con-





taminação do solo, do lençol freático e das águas superficiais, como rios, lagos e córregos. Além disso, essas práticas inadequadas podem fomentar a proliferação de vetores transmissores de doenças e colocar em risco a saúde dos catadores. Portanto, a adoção de técnicas especializadas e seguras durante todo o processo de manejo dos RSS é crucial para minimizar a incidência de doenças e a degradação ambiental.

Atualmente, a Secretaria de Saúde de Birigui mantém um contrato emergencial para atender à demanda de serviços de manejo de RSS até que o processo licitatório seja concluído. No entanto, dada a gravidade e a complexidade do tema, é fundamental que a contratação de uma nova empresa especializada aconteça o mais rápido possível. A escolha de um prestador de serviços que tenha comprovada aptidão técnica, experiência no setor e solidez institucional garantirá a implementação de soluções eficazes e de acordo com as normativas sanitárias, de segurança e ambientais.

A contratação de uma empresa competente é, portanto, uma medida essencial não apenas para garantir a correta gestão dos resíduos, mas também para proteger a saúde pública e o meio ambiente no município de Birigui. Ao priorizar uma empresa que atenda rigorosamente aos requisitos legais e ambientais, o município estará investindo na melhoria da qualidade de vida de seus cidadãos e na preservação dos recursos naturais para as gerações futuras.

## **2- PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:**

O objeto da contratação está dentro do planejamento anual e inserido no Plano de Contratações Anual de 2025.

## **3- REQUISITOS ESPECIAIS DE CONTRATAÇÃO:**

O serviço de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de saúde deverão atender as seguintes legislações:

Resolução CONAMA 358/2005: Estabelece os procedimentos para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde;

Resolução ANVISA RDC 222/2018: Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde;

Resolução CONAMA nº 275, de 25.04.2001, estabelece código de cores para diferentes tipos de resíduos na coleta seletiva;

Resolução CONAMA nº 316, de 29.10.2002, dispõe sobre procedimentos e critérios para o funcionamento de sistemas de tratamento térmico de resíduos;

Norma ABNT NBR 12808/2013: Define os requisitos para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde a fim de proteger os trabalhadores, a comunidade e o meio ambiente;

Norma ABNT NBR 7500/2018: Regula a identificação para transporte terrestre, manuseio, movimentação e armazenamento de produtos perigosos;

NBR 9191 - Especificação. Sacos plásticos para acondicionamento;

NBR 9195 - Métodos de ensaio. Sacos plásticos para acondicionamento;

NBR 9196 - Determinação de resistência à pressão do ar;



NBR 9197 - Determinação de resistência ao impacto de esfera. Saco plástico para acondicionamento de lixo - determinação de resistência ao impacto de esfera.

NBR 13055 - Determinação da capacidade volumétrica. Saco plástico para acondicionamento - determinação da capacidade volumétrica;

NBR 13056 - Verificação de transparência. Filmes plásticos para sacos para acondicionamento - verificação de transparência;

NBR 13853 - Requisitos e métodos de ensaio para coletores para resíduos de serviços de saúde perfurantes ou cortantes;

NBR 13221 - Especifica os requisitos para o transporte terrestre de resíduos, de modo a evitar danos ao meio ambiente e a proteger a saúde pública;

NBR 14619 - Estabelece os critérios de incompatibilidade química a serem considerados no transporte terrestre de produtos perigosos.

NBR 12810 - Fixa os procedimentos exigíveis para coleta interna e externa dos resíduos de serviços de saúde, sob condições de higiene e segurança;

NBR 14652 - Estabelece os requisitos mínimos de construção e de inspeção dos coletores transportadores rodoviários de resíduos de serviços de saúde do grupo A.

A Contratada deverá recolher o RSS (Resíduos de Serviços de Saúde) dos estabelecimentos prestadores de serviços de saúde pertencentes à rede municipal, com frequência e locais abaixo descritos:

**a) 1 (uma) vez na semana no Centro Médico Hospitalar, sito na Largo Gumercindo de Paiva Castro, s/n, Centro, Birigui-SP, no período diurno, conforme relação anexa;**

**b) 01 (uma) vez na semana, em todas UBS — Unidades Básicas de Saúde, no período diurno, conforme relação anexa;**

**c) 01 (uma) vez na semana, nas Escolas Municipais e CEIs (Centros de Educação Infantil), no período diurno, conforme relação anexa;**

**d) 01 (uma) vez na semana, no Ambulatório de Saúde Mental, no período diurno, conforme relação anexa;**

**e) 02 (duas) vezes no Canil Municipal, no período diurno, conforme relação anexa.**

A Contratada deverá realizar a coleta do lixo infectante em veículo(s) apropriado(s) de acordo com a necessidade compatível com a demanda, contendo balança apropriada de carga e aferida pelo INMETRO, dentro dos padrões estabelecidos pela Norma Técnica Brasileira – NBR – 12.810, NBR - 14.652 e pela Prefeitura.

Os veículos deverão possuir carrocerias do tipo especial para coleta e transporte de resíduos dos serviços de saúde, os coletores deverão estar equipados com equipamento de sinalização conforme a legislação de trânsito em vigor, com apresentação da CIPP (Certificado de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos) e CIV (Certificado de Inspeção Veicular);

Constituirá obrigação contratual, a lavagem e desinfecção da caçamba compactadora ou carroceria com produtos específicos para este fim após cada coleta;



O Contratante poderá, a qualquer momento, exigir a troca de veículo ou equipamento que não seja adequado às exigências dos serviços;

A Contratada deverá manter junto ao Contratante cadastro permanente atualizado de veículos e equipamento, não sendo permitida a substituição sem prévia anuência do Contratante;

A Contratada deverá providenciar de imediato a substituição dos equipamentos que estejam em manutenção preventiva ou avariados;

Os serviços de coletas deverão ser iniciados com a presença de um funcionário de cada unidade gestora que acompanhará e fará a aferição das coletas e das pesagens, assinando as planilhas de coleta, em duas vias, que servirá como método de medição dos serviços executados pela licitante vencedora;

Cada veículo deverá ser acompanhado de uma equipe, composta por 01 (um) motorista e 01 (um) coletor, devidamente uniformizados e equipados com os EPI (Equipamentos de Proteção Individual) necessários;

O funcionário responsável pelo recolhimento dos resíduos deverá ser devidamente treinado e equipado para o recolhimento dos resíduos de saúde;

A Prefeitura reserva-se o direito de solicitar a qualquer momento, alterações nos locais de coleta ao seu critério. As possíveis alterações deverão ser informadas à empresa Contratada via endereço eletrônico da Secretaria de Saúde, a contratada deverá manifestar sua anuência no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas e deverá atender à solicitação em no máximo 10 (dez) dias;

O Regime de contratação é o de Empreitada por preço unitário e como exposto anteriormente é composto dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de serviços de saúde. Em face disto e dos obstáculos encontrados pela Administração na execução direta dos serviços, admitir-se-á a subcontratação somente dos serviços de tratamento e destinação final dos resíduos, Aterro Sanitário, previamente autorizada pelo Município, permanecendo a empresa CONTRATADA como única responsável perante o Município e terceiros. O início da prestação de serviço pela empresa subcontratada, somente terá início, após prévia aprovação da Administração, mediante requisição protocolada;

Durante toda a vigência do futuro contrato, a vencedora deverá manter atualizados os contratos de prestação de serviços com as eventuais empresas subcontratadas, devendo para tanto apresentar junto à CONTRATANTE as respectivas renovações, quando for o caso.

### **3.1 OUTRAS COMPROVAÇÕES:**

Declaração que caso venha a sagrar-se vencedora, apresentará os seguintes documentos, no prazo de 03 (três) dias úteis após o encerramento da sessão pública:

As licitantes deverão indicar e declarar explicitamente a disponibilidade dos veículos e equipamentos adequados e necessários para a execução do objeto da presente licitação;

Licença da Vigilância Sanitária da sede da proponente;



Prova de que a empresa atenda Lei no 6.514/77 e Portaria no 3.214, de 08/06/78 do Ministério do Trabalho – (NR 7 e 9) – PCMSO e PPRA. A comprovação dar-se-á através de contrato de prestação de serviço com empresa especializada em engenharia de segurança e medicina do trabalho, acompanhada de declaração formal da mesma com firma reconhecida em cartório;

Licenças de Operação (LO) expedidas pelo órgão competente, que contemple a coleta e transporte de resíduos de serviço de saúde em nome da proponente com apresentação da declaração que a empresa obedece às normas de segurança de trabalho;

Licenças de Operação (LO) expedidas pelo órgão competente, que contemple o tratamento de resíduos de saúde por autoclavagem ou outro método que o substitua, conforme RDC- ANVISA nº 222/2018, em nome da proponente ou sua subcontratada;

Licenças de Operação (LO) expedidas pelo órgão competente, que contemple o tratamento, através de incineração, de resíduos de serviço de saúde, conforme RDC – ANVISA nº 222/2018, em nome da proponente ou sua subcontratada;

Licenças de Operação (LO) expedidas pelo órgão competente, que contemple a destinação final de resíduos de serviço, conforme RDC – ANVISA nº 222/2018 em nome da proponente ou sua subcontratada;

Prova de que a proponente possui PPRA (Programa de Prevenção de riscos ambientais);

Em relação ao transporte de RSS, a empresa vencedora deverá possuir e apresentar a Licença de Operação LO emitida pelo órgão ambiental competente;

Declaração em razão da complexidade tecnológica e o disposto na RDC ANVISA 222/2018 que “dispõe” que os serviços de saúde são os responsáveis pelo correto gerenciamento de todos os RSS por eles gerados, atendendo às normas e exigências legais, desde o momento de sua geração até a sua destinação final”, todas as licenças ambientais de operação devem ser apresentadas em nome da proponente, atendendo às resoluções do CONAMA nº 05 de 05 de agosto de 1993, CONAMA nº 358 de 29 de abril de 2005, a RDC/ANVISA nº 222 de 28 de março de 2018, Normas Técnicas da ABNT - NBR 12.809/1993 - Manuseio de Resíduos de Serviços de Saúde, NBR 12.810/1993 - Coleta de Resíduos de Saúde, NBR 7.500/2000 - Símbolos de Risco e Manuseio para o Transporte e Armazenamento de Materiais, Portaria nº 24 do Ministério de Trabalho - MTb de 29 de dezembro de 1994, Portaria nº8 do MTb de 08 de maio de 1996, Norma Regulamentadora nº7 do MTb, Resolução CONAMA nº316 de 29 de outubro de 2002 e demais legislações e normas pertinentes;

Declaração de que manterá na operação de tratamento dos Resíduos Sólidos de Saúde os padrões de emissão atmosférica com limites definidos no âmbito da Resolução CONAMA nº316 de 29 de outubro de 2002;

Declaração de que o resíduo de saúde tratado somente será depositado em aterro sanitário devidamente licenciado para esta finalidade, indicando o endereço do mesmo;

Apresentar Certidão de Registro e Quitação, válida, do responsável técnico da empresa (Profissional de nível superior que a lei atribui função específica para o objeto licitado, com habilitação específica para os serviços ora licitados no objeto do edital – CREA, CAU, CRBio, CRQ...) ligado ao objeto da licitação e registro da empresa; (Poderá na certidão constar ambos os dados, empresa e responsável);



Apresentação de prova de vínculo do responsável técnico com a empresa, que poderá se dar através de uma das seguintes formas: I - Carteira Profissional (CTPS), no caso de vínculo empregatício; II - Ato Constitutivo, Contrato Social ou Estatuto, devidamente registrado no órgão competente, no caso de vínculo societário; III – Será admitido, também, contrato de prestação de serviço regido pela legislação civil comum;

Atestado de capacitação técnico-operacional, em nome da empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que executou, satisfatoriamente, contrato com objeto compatível com o ora licitado, em características, quantidades e prazos;

Atestado de capacitação técnico-profissional, registrado no conselho pertinente (CREA, CAU, CRBio, CRQ ...), em nome do responsável técnico da empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que executou, satisfatoriamente, contrato de objeto compatível com o ora licitado, em características, quantidades e prazos;

A empresa contratada para a execução dos serviços de manejo de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) deverá apresentar uma **declaração de responsabilidade de risco ambiental**, devidamente registrada em cartório, na qual se compromete de forma integral a assumir toda e qualquer responsabilidade por eventuais riscos e danos ao meio ambiente durante a execução do contrato. Essa declaração deve abranger, mas não se limitar a, danos como a contaminação do solo, da água e do ar, que podem resultar de práticas inadequadas na gestão dos resíduos.

A exigência de tal documento visa garantir que a empresa compreenda a magnitude de sua responsabilidade e se comprometa formalmente com a adoção de todas as medidas necessárias para mitigar possíveis impactos ambientais. Além disso, a empresa deverá ser responsável por quaisquer recuperações e compensações ambientais que se façam necessárias, caso ocorra alguma forma de contaminação ou degradação ambiental durante a execução do serviço. Este compromisso é fundamental não apenas para a proteção ambiental, mas também para assegurar que os princípios de sustentabilidade sejam seguidos em todas as etapas do processo de manejo de resíduos.

A empresa deve fornecer Certificados de Seguro de Responsabilidade Civil para todos os veículos utilizados na coleta e transporte dos resíduos de serviços de saúde. Esses documentos devem garantir a cobertura para danos a terceiros, bem como para danos que possam ocorrer durante o transporte dos resíduos. O seguro deve estar em conformidade com as normas de trânsito e regulamentações específicas para veículos que realizam transporte de materiais perigosos. Os seguros devem estar vigentes durante todo o período de execução do contrato e a empresa contratada deverá manter os seguros atualizados e apresentar comprovantes de renovação quando solicitado;

Para assegurar a conformidade com as normas de segurança e regulamentações aplicáveis, a empresa contratada deve apresentar os seguintes documentos comprobatórios relacionados aos veículos utilizados na coleta e transporte de resíduos de serviços de saúde: CIV, CIPP e CRLV.

As documentações acima elencadas deverão ser entregues, mediante protocolo, no prazo de até 03 (três) dias úteis após o encerramento da sessão pública, diretamente na Diretoria de Biossegurança da Secretaria Municipi-



pal de Saúde, sito ao Largo Gumercindo de Paiva Castro S/N, bairro Centro, nesta cidade de Birigui/SP, preferencialmente em envelope devidamente identificado;

O processo será HOMOLOGADO somente após a análise dos documentos supracitados.

**4- QUANTITATIVOS, MEMÓRIA DE CÁLCULO E CONSIDERAÇÃO DA ECONOMIA DE ESCALA:**

QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO/ KG MÉDIA	VALOR TOTAL 12 MESES	CÓDIGO
3.750 QUILOS/MÊS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO – SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE.	R\$ 4,99	R\$ 224.550,00	2.2.7.3225-9

Estima-se que serão descartados anualmente aproximadamente 45.000 Kg (quarenta e cinco mil quilogramas) de resíduos de saúde. Esse quantitativo foi levantado com base no que foi constatado no contrato anterior. Resaltamos que nesta base de cálculo não estão incluídos os Serviços de Saúde Municipais que se encontram sob administração terceirizada.

**5- JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA:**

Considerando a complexidade e a especialização necessárias para a gestão adequada dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), é evidente que a Secretaria de Saúde da Administração Municipal não dispõe das condições técnicas e estruturais adequadas para realizar essas atividades com a qualidade exigida. A natureza altamente especializada desses serviços demanda infraestrutura e expertise que a Secretaria, infelizmente, não possui internamente.

Mesmo que houvesse uma tentativa de realizar esses serviços internamente, a falta de recursos apropriados e de pessoal especializado resultaria em uma execução de qualidade inferior, comprometendo a segurança e a eficácia no manejo dos resíduos. Além disso, a gestão inadequada dos RSS pode acarretar riscos significativos para a saúde pública e para o meio ambiente, conforme detalhado anteriormente.

Portanto, a única solução viável é a contratação externa de uma empresa especializada, por meio de um processo regular de licitação. Esta medida garantirá que os serviços sejam prestados por profissionais qualificados, com a infraestrutura necessária para o tratamento seguro e eficiente dos resíduos, em conformidade com as normas sanitárias e ambientais vigentes. Assim, assegura-se a proteção da saúde pública e a preservação ambiental, alinhando-se aos melhores padrões de qualidade e segurança.



## **6- ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO:**

Em levantamento preliminar por meio de consultas realizadas no mercado, verificamos que o custo mensal e o custo anual é o constante no Anexo I do Edital.

## **7- MANUTENÇÃO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E GARANTIAS OFERECIDAS:**

A Contratada, além da disponibilização de mão de obra, dos materiais e dos equipamentos necessários para a perfeita execução dos serviços de coleta externa, transporte, tratamento e de destinação final dos resíduos, obriga-se a:

- a)** Coletar os resíduos potencialmente infectantes nos locais determinados no Termo de Referência;
- b)** Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados nos termos das legislações vigentes;
- c)** Nomear responsável pela execução dos serviços, na empresa, com a missão de garantir o bom andamento e a técnica dos trabalhos. Este preposto terá a obrigação de reportar-se, quando necessário, ao preposto designado pela Contratante e tomarem juntos as providências pertinentes;
- d)** Exigir que seu pessoal se apresente para a coleta e o transporte dos resíduos, assiduamente e pontualmente, nos dias e horários pré-programados, devidamente uniformizados e identificados com crachás (com fotografia recente) e usando todos os Equipamentos de Proteção Individual – EPI's;
- e)** Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de maneira estruturada;
- f)** Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito;
- g)** Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal e as normas internas de segurança e medicina do trabalho;
- h)** Instruir seus empregados quanto as necessidades de acatar as orientações da Contratante, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como, prevenção de incêndio nas áreas da Contratante;
- i)** A Contratada assume, expressa e formalmente, a total e exclusiva responsabilidade pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, infortunisticas, fiscais e fundiárias da mão de obra e/ou pessoal utilizado na execução dos serviços objeto deste Termo de Contrato. Obriga-se a cumprir a legislação citada, inclusive quanto às normas de proteção do meio ambiente e medicina e segurança do trabalho, não gerando qualquer vínculo dos seus trabalhadores para com a Contratante, respondendo a empregadora por todos os direitos dos mesmos, inclusive em Juízo, ficando a Contratante exonerada de qualquer responsabilidade, mesmo que de forma subsidiária nos termos do Enunciado/Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho;
- j)** Responsabilizar-se por eventuais paralisações dos serviços, por parte dos seus empregados, sem repasse de qualquer ônus à CONTRATANTE, para que não haja interrupção dos serviços prestados;
- k)** Substituir qualquer elemento de sua equipe, cuja permanência no serviço for considerada inconveniente, no prazo de 12 (doze) horas;





**l)** Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela CONTRATANTE;

**m)** Dar ciência imediata e por escrito à CONTRATANTE sobre qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços;

**n)** Prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente as reclamações sobre seus serviços;

**o)** Durante a prestação do serviço, a empresa CONTRATADA deverá manter em seus quadros de funcionários, pessoal capacitado para resolver questões e tomar decisões compatíveis com as obrigações contratuais, para que não haja prejuízo durante a realização dos serviços;

**p)** É responsabilidade do transportador satisfazer os requisitos específicos aplicáveis ao meio de transportes constantes dos regulamentos de transporte de produtos perigosos vigentes no País;

**q)** É responsabilidade do transportador implementar as ações de garantia de qualidade referentes ao trânsito, armazenamento em trânsito e transbordos;

**r)** É responsabilidade do transportador a correta utilização, no meio de transporte, do símbolo internacional de presença de resíduos de serviço de saúde;

**s)** A Contratada deverá instalar e manter um serviço de atendimento ao contratante, cujo número do telefone deverá estar em local visível em todos os equipamentos, dentro do horário compreendido entre 08h00min e 18h00min horas;

**t)** Manter na operação de tratamento dos Resíduos Sólidos de Saúde, os padrões de emissão atmosférica com limites definidos no âmbito da Resolução CONAMA nº316 de 29 de outubro de 2002;

**u)** A empresa contratada deverá emitir o Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) contendo os dados do gerador, pesos e classificação dos resíduos por categoria, informações da empresa transportadora e do local de disposição final. O preenchimento deverá ser no ato da pesagem e será acompanhado por um servidor da unidade;

**v)** Todo o equipamento necessário para o fiel cumprimento da execução do serviço será da empresa contratada.

**w)** A empresa deverá enviar por e-mail à Secretaria Municipal de Saúde antes da emissão da Nota Fiscal do mês correspondente, cópias dos comprovantes de coleta referentes a todas as coletas realizadas no mês. Os comprovantes devem incluir recibos ou outros documentos que comprovem a efetiva coleta e transporte dos resíduos.

Os comprovantes devem ser enviados em formato digital (PDF ou imagem) que garanta a legibilidade e integridade das informações. Este envio deve ocorrer antes da emissão da Nota Fiscal, garantindo tempo suficiente para a devida conferência e validação das informações.

**x)** Para mitigar os impactos ambientais e garantir a segurança durante o manejo dos resíduos, a empresa Contratada deverá adotar as seguintes medidas:

**Treinamento e Capacitação:** Todos os funcionários envolvidos na coleta, transporte e tratamento dos resíduos deverão receber treinamento adequado sobre as normas e procedimentos de segurança.



Monitoramento e Controle: Implementação de sistemas de monitoramento e controle para assegurar o cumprimento das normas e identificar possíveis falhas no processo de manejo.

Auditorias e Inspeções: Realização de auditorias e inspeções regulares para garantir a conformidade com as exigências legais e técnicas.

Plano de Emergência: Elaboração e implementação de um plano de emergência para lidar com incidentes e acidentes durante o manejo dos resíduos.

#### **8- PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO ou NÃO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO:**

Não se considera a possibilidade de parcelamento para a solução a ser contratada, uma vez que se trata de um serviço integrado e contínuo. O objeto da contratação engloba todas as etapas do processo de gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde, incluindo coleta, transporte, tratamento e destinação final, que devem ser realizados por uma única empresa.

A natureza do serviço exige a execução coordenada e contínua de todas as etapas por um único prestador, garantindo a integração e a eficiência no manejo dos resíduos. A execução de cada fase do processo por diferentes fornecedores poderia comprometer a qualidade e a segurança do serviço, além de dificultar a rastreabilidade e a responsabilidade.

Portanto, a contratação será realizada como um serviço único, assegurando que todas as etapas sejam desempenhadas pela mesma empresa, em conformidade com as exigências legais e técnicas estabelecidas.

#### **9- RESULTADOS PRETENDIDOS:**

Proporcionar aos resíduos gerados pela Secretaria de Saúde um encaminhamento seguro, de forma eficiente, visando a proteção dos trabalhadores, a preservação da saúde, dos recursos naturais e do meio ambiente, atendendo às normas e exigências legais quanto à destinação final dos resíduos dos serviços de saúde.

Dar a destinação adequada aos resíduos produzidos, através da contratação de empresa capacitada e licenciada por órgãos ambientais, que manterá um eficiente sistema de coleta, transporte e eliminação de resíduos de serviço de saúde.

#### **10- PROVIDÊNCIAS COMPLEMENTARES PELA ADMINISTRAÇÃO:**

No contexto desta contratação, não se identifica a necessidade de medidas adicionais para a solução ou serviço a ser prestado. A contratação proposta já contempla todas as exigências e requisitos necessários para garantir a adequada gestão dos resíduos de serviços de saúde, conforme estipulado pelas legislações e normas pertinentes.

A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente com as condições estabelecidas no contrato, incluindo as diretrizes legais e técnicas para o tratamento e destinação final dos resíduos. Assim, a solução contratada está alinhada com as melhores práticas e regulamentações, e não há necessidade de providências extras além das já previstas no escopo da contratação.



Em resumo, o serviço a ser contratado está adequado para atender às necessidades específicas do gerenciamento dos resíduos, conforme especificado, e não requer ajustes ou providências adicionais além das já estabelecidas.

#### **11- CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:**

Atualmente, a Secretaria de Saúde de Birigui mantém um contrato emergencial para atender à demanda de serviços de manejo de RSS até que o processo licitatório seja concluído.

#### **12- DEMONSTRAÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E POSSÍVEIS MEDIDAS MITIGADORAS:**

Dada a natureza específica dos resíduos de serviços de saúde que se pretende gerenciar, a CONTRATADA deverá assegurar que o tratamento e a destinação final dos resíduos estejam em estrita conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigente. Esta conformidade deve atender aos seguintes critérios e diretrizes:

Legislação Ambiental e Sanitária:

A CONTRATADA deve garantir que todos os processos relacionados ao tratamento e à destinação final dos resíduos estejam em total conformidade com as normas e regulamentações ambientais e sanitárias aplicáveis. Isso inclui, mas não se limita a, observância das diretrizes estabelecidas pela Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução CONAMA nº 358/2005 e Resolução RDC nº 222/2018 da ANVISA. Critérios de Sustentabilidade Ambiental:

O tratamento e a destinação final dos resíduos devem alinhar-se aos critérios de sustentabilidade ambiental, promovendo a minimização de impactos negativos ao meio ambiente. A CONTRATADA deve implementar práticas que respeitem a política de sustentabilidade, assegurando que os resíduos sejam geridos de maneira a reduzir a degradação ambiental e contribuir para a preservação dos recursos naturais. Conformidade com Normas Brasileiras:

A CONTRATADA deverá seguir rigorosamente as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) relacionadas a resíduos sólidos. Isso inclui, mas não se limita às normas pertinentes ao acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte e tratamento dos resíduos, garantindo a adesão às melhores práticas técnicas e de segurança.

Destinação Correta:

A CONTRATADA é responsável por garantir a correta destinação dos resíduos, conforme especificado no objeto contratual. Isso implica assegurar que os resíduos sejam tratados e dispostos de acordo com as exigências legais e técnicas, minimizando riscos à saúde pública e ao meio ambiente.

Ao seguir essas diretrizes, a CONTRATADA contribuirá para a gestão eficiente e segura dos resíduos de serviços de saúde, promovendo a conformidade regulatória e a proteção ambiental.



### **13- POSICIONAMENTO CONCLUSIVO DA ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO COM VISTA A SOLUÇÃO A QUE SE DESTINA:**

Os resíduos gerados pelos serviços de saúde, incluindo aqueles abrangidos por este estudo, são classificados como perigosos pela normatização brasileira devido à sua toxicidade e patogenicidade. Essa periculosidade evidencia a necessidade de um tratamento especializado e rigoroso, que torna imprescindível a contratação de serviços externos especializados para o manejo desses resíduos.

O serviço a ser contratado, conforme os requisitos estabelecidos, está em total conformidade com a legislação vigente. A legislação aplicável abrange tanto as normas sanitárias quanto ambientais, assegurando que o tratamento e a disposição final dos resíduos sejam realizados de acordo com os mais altos padrões de segurança e eficácia.

Além disso, foi realizada uma análise detalhada das especificidades dos diversos geradores de resíduos no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde. Essa análise garantiu que o serviço contratado atenda adequadamente às necessidades específicas de cada gerador de resíduos, proporcionando uma solução eficiente e adaptada à realidade local.

Diante do exposto, a contratação de uma empresa especializada não apenas cumpre os requisitos legais e regulamentares, mas também assegura a implementação de práticas seguras e eficazes para o manejo dos resíduos de serviços de saúde. Portanto, a viabilidade e a necessidade dessa contratação são evidentes, sendo a melhor alternativa para garantir a proteção da saúde pública e a preservação do meio ambiente.